



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Edital nº 4/2023 - SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NA COMARCA DE MONTES CLAROS, INCLUÍDOS OS JUIZADOS ESPECIAIS

CADERNO DE PROVAS

Leia com atenção as instruções abaixo:

1. Somente abra este caderno após ler as instruções desta capa e quando autorizado pelos fiscais de sala.
2. A presente seleção pública será composta de uma **prova objetiva de múltipla escolha, contendo 30 (trinta) questões, e 1 (uma) questão dissertativa**, ambas de caráter eliminatório e classificatório, observado o correto emprego da Língua Portuguesa.
3. O **tempo de duração da prova será de 3 (três) horas** e abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas.
4. Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração da prova, respeitando-se as condições previstas neste Edital.
5. O candidato deverá **utilizar caneta esferográfica de tinta azul ou preta** fabricada com **material transparente**.
6. A prova será realizada sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (beep, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager, etc.), livros, anotações e similares.
7. Esta prova não deverá ser dobrada, amassada ou rasurada.
8. No corpo da prova objetiva não poderá haver qualquer identificação do candidato.
9. O candidato não poderá identificar-se na prova dissertativa, sob pena de eliminação.
10. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
11. Na correção da Folha de Respostas serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.
12. O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.
13. Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora de eventual lugar especificamente indicado para tal finalidade.
14. O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de prova.
15. Ao terminar a prova, ou findo o horário limite para a sua realização, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o caderno de provas e sua folha de resposta, devidamente preenchida.

Será eliminado o candidato que:

- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta seleção pública, por qualquer meio, durante a realização da prova;
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- d) portar arma no local de realização da prova, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;
- e) portar, mesmo que desligados, ou fizer uso, durante o período de realização da prova, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa;
- f) fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações;
- g) deixar de atender as normas contidas no Caderno de Prova, na Folha de Respostas e demais orientações expedidas, durante a realização da prova;
- h) deixar de entregar a Folha de Respostas da prova objetiva, findo o prazo limite para realização da prova.
- i) registrar a identificação nas provas, fora do campo estabelecido para preenchimento.

Nome completo: _____

CPF: _____ **Carteira de Identidade:** _____



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Nas questões que se seguem, marque a alternativa adequada.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 01 - Levando-se a efeito as normas constitucionais sobre a Organização político-administrativa do Estado, é correto afirmar que:

- A) A criação dos territórios federais, sua transformação em Estado ou sua reintegração ao Estado de origem serão regulados por lei ordinária de iniciativa privada do Presidente da República.
- B) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão regulados por lei ordinária.
- C) A subdivisão de Estados para se anexarem a outros ou para formarem novos Estados depende de aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.
- D) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os territórios e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

QUESTÃO 02 - Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, exceto:

- A) o pluralismo político.
- B) a dignidade da pessoa humana.
- C) garantir o desenvolvimento nacional.
- D) a cidadania.

QUESTÃO 03 - Sobre órgãos do Poder Judiciário, assinale a assertiva incorreta:

- A) São órgãos do Poder Judiciário, entre outros, os tribunais militares e os juízes eleitorais.
- B) A Justiça Militar não está vinculada ao Poder Judiciário.
- C) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais está vinculado ao Poder Judiciário.
- D) O Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores são órgãos do Judiciário e têm sede na capital federal.

QUESTÃO 04 - Sobre os princípios que regem a Administração Pública, é incorreto afirmar:

- A) A violação do princípio da moralidade administrativa, por parte do servidor público, pode acarretar ato de improbidade administrativa.
- B) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- C) Os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade aplicam-se ao Poder Judiciário no exercício da função administrativa.
- D) Os princípios da Administração Pública não são oponíveis às Sociedades de Economia Mista, eis que estas são regidas pelo regime de direito privado.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

QUESTÃO 05 - Marque a assertiva correta acerca dos atributos dos atos administrativos:

- A) A imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independente de sua concordância.
- B) A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei capazes de produzir resultados.
- C) A tipicidade consiste em atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução, sem a necessidade de intervenção do Judiciário, ou seja, pela própria Administração Pública.
- D) Presunção de legitimidade e de veracidade não são atributos do ato administrativo.

QUESTÃO 06 - Tratando-se de poderes da Administração Pública, é incorreto afirmar:

- A) Os atos pelos quais a Administração exerce o seu poder normativo têm em comum com a lei o fato de emanarem normas, ou seja, atos com efeitos gerais e abstratos.
- B) O poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- C) A Administração não tem liberdade de escolha entre punir e não punir, tendo o conhecimento de falta praticada pelo servidor, tem necessariamente que instaurar o procedimento adequado para apuração e, se for o caso, aplicar a sanção cabível.
- D) Não há discricionariedade no poder disciplinar.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 07 - Têm domicílio necessário, exceto:

- A) O incapaz.
- B) O servidor público.
- C) O militar.
- D) O consumidor.

QUESTÃO 08 - A condição suspensiva pressupõe:

- A) Uma aquisição futura de direitos.
- B) Uma aquisição complexa de direitos.
- C) A suspensão do exercício do direito.
- D) A extinção de direitos.

QUESTÃO 09 - O dolo é um defeito do negócio jurídico, sobre o qual, é incorreto afirmar, exceto:

- A) Quando praticado por terceiro, não se anula o negócio jurídico.
- B) Quando recíproco, só poderá alegar quem sofrer o maior prejuízo.
- C) Quando acidental, só autoriza a reparação dos danos.
- D) Quando substancial, a anulação do negócio jurídico independe de sentença.

QUESTÃO 10 - Sobre a prescrição e a decadência, não é correto afirmar:

- A) Se a pretensão contida na ação for condenatória, o prazo é prescricional.
- B) O prazo será prescricional se a pretensão contida na ação for constitutiva ou declaratória.
- C) Os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo das partes.
- D) Não há prazo prescricional convencional.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

QUESTÃO 11 - Relativamente às obrigações solidárias, é correto afirmar, exceto:

- A) Há solidariedade ativa quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, cada um com direito à totalidade do crédito.
- B) Cada um dos credores solidários só poderá exigir do devedor o cumprimento da parte que lhe caiba na obrigação.
- C) A solidariedade resulta da lei ou da vontade das partes.
- D) O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.

QUESTÃO 12 - No que diz respeito à responsabilidade civil extracontratual do Estado, pode-se afirmar:

- A) Se subjetiva (culpa anônima), não se admite direito regressivo.
- B) A responsabilidade objetiva só foi admitida no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988.
- C) A responsabilidade por ato do agente público poderá ser objetiva ou subjetiva.
- D) Se objetiva (risco administrativo), não se vislumbram excludentes em favor do ente público.

PROCESSO CIVIL

QUESTÃO 13 - Assinale a alternativa correta. Compete ao Juizado Especial Cível:

- A) realizar a conciliação e o julgamento das ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, desde que o valor da causa não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo.
- B) processar e julgar as causas de natureza alimentar, com valor acima de quarenta vezes o salário-mínimo, desde que haja renúncia quanto ao crédito excedente.
- C) promover a execução dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário-mínimo relativos a microempresa, empresa de pequeno e médio porte.
- D) promover a conciliação e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade, tal como a ação de despejo, desde que para uso próprio.

QUESTÃO 14 - Sobre o instituto processual da gratuidade da justiça, é correto afirmar:

- A) não pode ser deferida a empresas, em nenhuma hipótese.
- B) isenta seu beneficiário de pagar quaisquer multas processuais que lhe sejam impostas.
- C) poderá ser concedida em relação a apenas algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais.
- D) não abrange as despesas inerentes à realização de exame de DNA e outros exames considerados essenciais.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

QUESTÃO 15 - Sobre mandado de segurança, assinale a opção correta:

- A) Não se admite impetração de mandado de segurança para resguardo de interesse violado em feitos penais, pois, em qualquer situação, há a violação da liberdade do investigado, cuja tutela jurisdicional ocorre por impetração de habeas corpus.
- B) Não se admite a impetração do mandado de segurança mesmo que a comprovação do direito líquido e certo possa ser feita de plano, independente da fase de instrução probatória.
- C) Será concedido mandado de segurança para tutela de direito líquido e certo, comprovado de plano, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- D) A natureza jurídica do mandado de segurança é de uma ação constitucional condenatória.

QUESTÃO 16 - O Código de Processo Civil de 2015 procurou melhor adequar a normatização ao Processo Civil contemporâneo revisando institutos jurídicos que eram previstos no Código de Processo Civil de 1973. Nesse cenário, o instituto da tutela antecipada foi substituído pela tutela provisória, a qual é composta pelas modalidades de urgência e de evidência. Em um caso concreto, a parte autora formulou pedido de tutela provisória de urgência em sua petição inicial.

Considerando-se a normatização Código de Processo Civil de 2015 afeta ao instituto da tutela provisória de urgência, no presente caso:

- A) o juiz só poderá concedê-la após justificação prévia e sempre com caução.
- B) o juiz poderá concedê-la quando houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- C) o juiz poderá concedê-la quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- D) o juiz não poderá concedê-la se for necessária sua efetivação por meio de arrolamento de bens, mesmo quando presente sua natureza cautelar.

QUESTÃO 17 - A competência é tida pela doutrina e jurisprudência pátrias como uma espécie de limite à jurisdição. Considerando-se os critérios e as regras de distribuição de competência dispostas no CPC-2015, são tidas como competência absoluta, exceto:

- A) Competência em razão da matéria
- B) Competência em razão da pessoa
- C) Competência territorial
- D) Competência funcional em razão do grau de jurisdição.



QUESTÃO 18 - Considere as seguintes afirmativas sobre o tema da intervenção de terceiros no âmbito do Código de Processo Civil de 2015 e assinale a alternativa incorreta:

- A) Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.
- B) É admissível a denúncia da lide, promovida por qualquer das partes, em desfavor daquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- C) É admissível o chamamento ao processo do fiador, na ação em que o afiançado for réu.
- D) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 19 - Assinale a alternativa correta sobre crimes contra a dignidade sexual:

- A) A conduta de registrar ato sexual sem autorização dos participantes, artigo 216-B, do Código Penal, só é punível se houver divulgação a terceiros, por qualquer meio.
- B) A prática de conjunção carnal com menor de 14 anos, se consentida, não caracteriza o crime de estupro de vulnerável, artigo 217-A, do Código Penal, se comprovado que a vítima já mantinha vida sexual ativa anteriormente.
- C) O crime de importunação sexual, artigo 215-A, do Código Penal, é de natureza subsidiária, restando caracterizado somente se o ato libidinoso praticado não constituir crime mais grave.
- D) A conduta de manter relação sexual com pessoa desacordada, por ingestão de álcool, incapaz de oferecer resistência, caracteriza o crime de estupro, artigo 213, do Código Penal, qualificado pela especial condição de vulnerabilidade da vítima.

QUESTÃO 20 - Gustavo, jovem de 19 anos, aproveitando-se do fato de que seu pai, Carlos, com 49 anos, tirava um cochilo durante a tarde, subtraiu de sua carteira, sem que ele percebesse, a quantia de R\$ 100,00 em dinheiro, para gastar no sábado à noite com seus amigos. Diante da situação hipotética apresentada:

- A) Gustavo praticou o crime de furto com abuso de confiança.
- B) O crime praticado por Gustavo somente se procede mediante representação de Carlos.
- C) Gustavo praticou o crime de furto de coisa comum, haja vista a relação familiar entre ele e Carlos.
- D) Muito embora o fato seja típico, Gustavo, na hipótese, é isento de pena.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

QUESTÃO 21 - A Parte Especial de nosso Código Penal começa com o crime de homicídio (art. 121 CP), demonstrando a preocupação do nosso legislador em proteger penalmente a vida do ser humano. Não corresponde a uma modalidade de homicídio qualificado o praticado:

- A) contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino.
- B) contra pessoa menor de 14 anos ou maior de 60 anos.
- C) mediante paga ou promessa de recompensa.
- D) à traição, de emboscada ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.

QUESTÃO 22 - Fabrício, um homem que adquiriu legalmente uma pistola e que tem porte de arma deferido pela Polícia Federal, pretendia matar uma pessoa. Fabrício aguardava seu alvo em local que julgou propício para os disparos, contudo decidiu escolher outra oportunidade, em razão da grande quantidade de pessoas que ali circulavam na ocasião. Essa conduta de Fabrício configura:

- A) ato preparatório impunível.
- B) arrependimento posterior.
- C) arrependimento eficaz.
- D) desistência voluntária.

QUESTÃO 23 - Em determinado momento de escassez de água, em razão da ausência de chuvas, entrou em vigor nova lei penal que tornou crime a conduta de lavar carros e/ou calçadas, enquanto perdurasse o período de racionamento de água. Diante do caso hipotético exposto, é correto afirmar que a referida legislação é um exemplo de lei penal:

- A) Retroativa.
- B) Excepcional.
- C) Temporária.
- D) Intermediária.

QUESTÃO 24 - Dentre as alternativas a seguir abaixo, assinale a única correta, quanto ao disposto em nosso vigente Código Penal (Dec. Lei nº. 2.848/1940) sobre o concurso de pessoas:

- A) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até dois terços, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- B) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- C) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.
- D) A instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.



PROCESSO PENAL

QUESTÃO 25 - Referente ao tribunal do júri, analise as assertivas:

- I) A simples leitura da pronúncia no Plenário do Júri não leva à nulidade do julgamento, que somente ocorre se a referência for utilizada como argumento de autoridade que beneficie ou prejudique o acusado.
- II) A competência para o processo e julgamento do latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri.
- III) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- IV) É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem manifestação da defesa.
- V) É absoluta a nulidade do julgamento pelo júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.

Marque a opção correta:

- A) Todas as assertivas estão corretas.
- B) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.
- C) Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.
- D) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.

QUESTÃO 26 - A respeito das medidas cautelares, e alterações promovidas pelo pacote anticrime, marque a alternativa correta:

- A) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- B) Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo, e os casos de urgência ou de perigo deverão ser justificados e fundamentados em decisão que contenha elementos do caso concreto que justifiquem essa medida excepcional.
- C) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- D) Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado. Entretanto, as medidas cautelares previstas se aplicam independentemente da infração prever cumulativa ou alternativamente pena privativa de liberdade.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

QUESTÃO 27 - Assinale a alternativa incorreta de acordo com a literalidade do Código de Processo Penal:

- A) O Acordo de não persecução penal não será cabível se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei.
- B) O Acordo de não persecução penal não será cabível se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas.
- C) O Acordo de não persecução penal não será cabível se o agente tiver sido beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.
- D) O Acordo de não persecução penal não será cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar contra a mulher, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

QUESTÃO 28 - Em relação à prisão preventiva e às medidas cautelares alternativas à prisão, dispõe o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores:

- A) Para a lavratura do auto de prisão em flagrante é necessária a elaboração do laudo toxicológico definitivo em relação à droga apreendida.
- B) O auto de prisão em flagrante é nulo quando o autuado não for assistido por defensor técnico.
- C) O juiz somente pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de setenta anos e extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- D) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

QUESTÃO 29 - Quanto à forma de contagem de prazo no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- A) Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado. Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- B) O prazo que terminar em domingo ou dia feriado considerar-se-á vencido antecipadamente, no dia útil anterior.
- C) Salvo os casos expressos, os prazos correrão: da data da juntada do mandado de intimação devidamente cumprido aos autos; da audiência ou sessão em que for proferida a decisão, se a ela estiver presente a parte; do dia em que a parte manifestar nos autos ciência inequívoca da sentença ou despacho.
- D) Os prazos para o juiz contar-se-ão da efetiva ciência.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

QUESTÃO 30 - Nos termos da Lei nº. 11.34/2006, diante de situação de violência, poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, exceto:

- A) encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.
- B) determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, independente do afastamento do agressor.
- C) determinar a separação de corpos.
- D) determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

RASCUNHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

RASCUNHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Leia com atenção as instruções abaixo:

1. O candidato não poderá identificar-se na prova dissertativa, sob pena de eliminação.
2. Não haverá substituição da folha de resposta por erro do candidato.
3. O candidato não poderá danificar a folha de resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.
4. Ao terminar a prova, ou findo o horário limite para a sua realização, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o caderno de provas e as folhas de respostas (gabarito e questão dissertativa), devidamente preenchida.

QUESTÃO DISSERTATIVA:

Discorra, em no máximo 20 linhas, sobre os principais aspectos que diferenciam a prescrição da decadência, no âmbito cível.

1 _____

5 _____

10 _____

15 _____

20 _____